



Anais da Assembleia

Nº 48

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA
ATA DA 46.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1.978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Erondy Silvério.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com a anuência do Plenário, requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 39/78, de sua autoria, que denomina a Rodovia PR-T-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro à sede do Município de Pato Branco, Rodovia Antônio Baby.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) Deni Schwartz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, para que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAIME CANET JÚNIOR, Governador do Estado, e, ao Doutor RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Presidente da Telepar, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a distância em que se situam os distritos da sede do município, o problema que existe quando as pessoas

necessitam se deslocar até a sede do município torna-se difícil, tendo em vista a longa distância que os distritos se localizam da sede do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à SANEPAR, consubstanciado em PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Quais os critérios adotados pela SANEPAR, na cobrança das taxas do consumo de água dos moradores da cidade de PARANAVAI? — Esclarecer a modalidade de medição, custo unitário, cálculos e outras características.
2. Informar, sob todos os aspectos, a sistemática de cálculos para a cobrança de contribuição sobre rede de esgotamento sanitário.
3. Informar exatamente em que fase das obras de construção, é iniciada a cobrança da taxa de esgotamento sanitário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

Bastaria apenas afirmar o que ouvimos de vereadores e grande parcela popular: "A SANEPAR está praticando autêntica extorsão em Paranavaí, cobrando preços absurdos, lançando consumos fantasmas e procedendo a taxação de obra inexistente (a rede de esgoto)", para justificar amplamente as informações requeridas.

Mas não fica apenas nisto, pois a incompetência da SANEPAR, Paranavaí, é algo de estarrecer, escandalizar e provocar a revolta popular.

As contas de água dão saltos gigantescos de um para outro mês, e as reclamações não são ouvidas, e muito menos, atendidas.

Os paranavaenses estão sobressaltados, e principalmente o operariado, que já vive grandes dificuldades para pagar até a própria taxa mínima.

O clamor popular é de que a taxa de esgotamento sanitário, está sendo cobrada muito alta, e indevidamente, lançada no próprio carnê do consumo de água.

Já se diz em Paranavaí que "enquanto se raciona a água, a SANEPAR estica os preços".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente, solicitando a implantação de posto telefônico na localidade de Mariental, Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

Em Mariental, distante cinco quilômetros da sede do Município da Lapa, vivem e residem mais de duas mil pessoas, o que justifica plenamente o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Senhor Presidente, Se-

Presidentes, da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Raymundo Faoro, e da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, Dr. Eduardo Rocha Virmond, congratulando-se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelos resultados atingidos com a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa regional e nacional nos deu um relato pormenorizado de todos os acontecimentos das sessões realizadas pela VII Conferência, bem como do sentido e alcance das teses apresentadas e seus debates.

O painel que se realizou foi um complemento e sua sessão plenária um coroamento a confirmar o que se registrou e aprovou de relevante.

É justo o nosso reconhecimento à inestimável contribuição dada pelos profissionais do direito que aqui vieram à procura das soluções que também são as que buscamos.

Pode-se, já avaliar o alcance da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no sentido da contribuição em que se empenharam os profissionais do Direito, estudantes e todos que dela participaram.

No sentido da contribuição em que se esforçaram autores de teses e debatedores, pode-se afirmar que o saldo não só é extremamente positivo, como correspondeu à consciência jurídica que determinou o "Estado de Direito" como tema central.

As decisões plenárias e as providências complementares que incumbirão a cada seccional e a cada participante serão o coroamento a curto, médio e longo prazo deste memorável acontecimento jurídico-político.

A ação da Conferência e seus resultados decorrem, agora muito mais, do enlace social e profissional dos participantes com os segmentos de toda a sociedade, numa tarefa que, na conjuntura, ultrapassa os limites convencionais de participação e comunhão social.

Sabemos que condições ideais não são as que existem tanto ao exercício da profissão do direito como nas relações em geral, mas não se pode deixar de referir que o sentido de ajustamento a uma sociedade mutilada em suas aspirações não foi inteiramente atingido pela VII Conferência principalmente pela rigidez do regime e suas pressões do que pelo espírito formalista e burocrático de que a categoria sofre em sua atividade.

E então se pode citar o Estado de Direito e a Nacionalidade, tema que necessita abrangência para ajudar o povo e a nação frente aos desafios de nação e antinação, e à expressão da Nação no Estado; o Estado de Direito e seus poderes, destacando-se especialmente o Poder Legislativo, pois na valorização do legislador apontado pelo povo, por consequência, o Judiciário se situa como ponto arquimédico da equação democrática; e sem dúvida este débito é muito nosso, advogados e legisladores diminuídos em nossas funções; o Estado de Direito e o Direito Social, que embora tratando na sua questão central — O Direito do Trabalho e no Direito Previdencial — a abrangência das políticas específicas de governo não foi suficientemente abordada em fundamentos para a reconstrução necessária; o Estado de Direito e a Justiça Social; o Estado de Direito e a Educação; e o Estado de Direito e a Infância.

Tudo isso podendo ser compreendido em "O Estado de Direito e a Organização Social e Política".

Porém, isso seria ideal e não real.

Isso seria jogarmos todas as expectativas sociais na realização e nos resultados da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

E então iríamos apenas assistir-lhe a exposição de teses e debates, e depois, retirados em nossas atividades aguardaríamos os acontecimentos.

Ao contrário dessa expectativa maximizadora, a VII Conferência Nacional deu frutos excelentes. Tanto em extensão como em profundidade.

Ali se debateram e decidiram posições essenciais à vida brasileira e ao desenvolvimento de nossa sociedade.

Ali se deram respostas a questões sociais e políticas da maior importância. Em suma, os profissionais do Direito responderam em nível alto, de sua participação e capacidade social.

A organização da Conferência custou aos seus dirigentes, do plano nacional e seccional, muito de esforço intelectual e físico; custou a programação de uma estratégia geral para levar adiante o tema "O Estado de Direito" dentro de um Estado de Exceção. E o resultado aí está, indelével à capacidade de organizadores e participantes. Ali se exerceram na forma democrática a pesquisa, o estudo e a busca de decisões.

A ação, a cultura e a sabedoria marcaram encontro em Curitiba para debater O Estado de Direito. Nomes que obtêm o mais amplo reconhecimento social aqui compareceram para participar desse esforço nacional.

O Paraná esteve representado e muito bem com seis teses e sete autores; todas aprovadas. Teses importantes e renovadoras.

Ali estavam Alcides Munhoz Neto, Egas Moniz de Aragão, José Lamartine Correa de Oliveira, Francisco Accioly Filho, Francisco José Ferreira Muniz, René Ariel Dotti e Rubens Requião, representando o Estado paranaense e o cultivo do direito entre nós.

A eles se somaram profissionais, professores e estudantes a demonstrar nosso esforço em favor da Justiça e do Direito.

Resta que nós, homens públicos e lideranças sociais, aprendamos da manifestação e dos resultados; que estudemos as contribuições oferecidas e seu sentido, retomando em áreas e níveis diferenciados o espírito com que puseram o melhor de seu impenho a serviço do país. O Paraná, reconhecido, agradece essa lição para a conquista do Estado de Direito."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — É com satisfação que esta Presidência agradece a presença, neste Plenário, do Sr. Superintendente da CAMPAR, Sr. Geraldo Braga, que se encontra assistindo nossos trabalhos. Trouxe-nos S.S., o convite para assistirmos o 2.º Congresso Interestadual Municipalista, a realizar-se em Foz do Iguaçu, nos dias 17 a 19 do corrente.

Querendo homenagear esta Casa, S.S. nos ofereceu uma pasta alusiva ao 2.º Congresso Interestadual Municipalista.

Ao Dr. Geraldo Braga, os agradecimentos desta Casa e os votos de uma feliz estada na mesma.

Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja fazer uso do tempo que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

PARECER

De autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, o presente Projeto de Lei n.º 19/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Centenário do Sul.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela Lei n.º 6994 de 10/01/78.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos, visando a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 19/78

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, com sede e foro na cidade de Centenário do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1.978.

(aa) Nelson Buffara, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 39/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Presidente da TELEPAR, no sentido de ser mandado instalar um serviço Mono-Canal, nos Distritos de São Roque e São Clemente, ambos no Município de Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, e da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Paraná, congratulando-se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelos resultados atingidos com a VII Conferência Nacional da O.A.B. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de solicitar providências visando solução para o problema gerado pelo Decreto Lei n.º 50232, que proíbe à Universidade, a locação de Veículos de terceiros e, em virtude do Curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná não possuir veículos próprios, os trabalhos de campo de nove disciplinas, encontram-se em suspenso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-

trângelo, constante do expediente, solicitando a renúncia de expediente à SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações, sobre os critérios adotados na cobrança das taxas de consumo de água dos moradores da cidade de Paranavai. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de sete membros, destinada a apurar “in loco” e junto à COPEL, tendo-se em vista denúncias trazidas por proprietários de terras localizadas nos Municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão, de que estariam sendo grandemente prejudicados por essa empresa estatal. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um posto telefônico, na localidade de MARIENTAL, Município da Lapa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Juiz de Direito da Comarca de Jaguariaíva, no sentido de alertá-lo, com relação a irregularidades havidas no Município de Arapoti. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência atende a Questão de Ordem de V. Ex.ª.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros.

14 Srs. Deputados aprovam;

1 Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para deliberação, nem para prosseguimento da sessão. —

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148/77, 17/78 e 19/78.

—

—

Levanta-se a sessão.

nhores Deputados.

Apresentamos um requerimento, nesta data, para constituição de uma Comissão Especial. (Lê):

“Senhor Presidente.

Tendo-se em vista denúncias que têm sido trazidas ao nosso conhecimento, por proprietários de terras localizadas nos municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão, contra a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, de que estariam sendo grandemente prejudicados por essa empresa estatal, em consequência dos baixos preços que lhes são impostos como indenização de suas terras que estão sendo ocupadas com a construção da Usina de Foz do Arelia, requerem os Deputados que este subscrevem, com base no que dispõe o artigo 34 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Especial, composta de 7 (sete) membros, destinada a apurar “in loco” e junto à referida empresa, os fatos apontados.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(aa) Domício Scaramella, Adalberto Daros,
Ernesto Gnoato, Lineu Turra,
Antônio Facci, Deni Schwartz,
Waldenício Barbalho, Lúcio Machado,
Enéas Faria e Muggiati Filho.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Geralmente, quando estudantes se reúnem, procura-se, logo, taxá-los de extremistas, de esquerdistas e, tantos outros “istas” que, por aí, se criam para, na verdade, cobrir o problema da educação em nosso País.

Venho à tribuna para ler e para que esta Casa tome conhecimento, como já o fizemos na sexta-feira passada, com relação a criação dos estudantes biônicos na Escola de Medicina de nossa Universidade Federal, manifesto dos alunos do Curso de Geologia, da Universidade Federal do Paraná que, reunidos em assembléia geral, no dia 9 de maio, às 17:00 horas, resolveram, inclusive, paralisar as aulas de nove cadeiras.

E vejam os motivos, pelos quais são levados esses alunos:— Simples e puramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses alunos se reuniram porque não têm mais, a Universidade Federal do nosso Estado, condições dos seus professores ministrarem aulas práticas.

Como aprender geologia sem aulas práticas? E tudo isso levou esses alunos a, em assembléia geral, tomarem as seguintes resoluções: (Lê) “1.º — Confirmar a resolução tomada na assembléia geral realizada no dia 08 de maio de 1978, às 16:00 horas, que consiste na paralisação das aulas nas disciplinas em cujos planos de curso, constam Trabalhos de Campo e, que as disciplinas afetadas pela paralisação são as seguintes: Geologia II, Paleontologia Geral, Estratigrafia, Sedimentologia, Petrografia das Rochas Magnéticas, Petrografia das Rochas Metamórficas, Geologia Estrutural, Hidrogeologia e Foto-geologia.

Que esta atitude visa única e exclusivamente pleitear uma solução para o problema gerado pelo Decreto n.º 50.232, de 29 de agosto de 1977, que proíbe à Universidade, a locação de veículos de terceiros e, em virtude do Curso de Geologia não possuir veículos próprios, os referidos trabalhos encontram-se em suspenso.

Que o retorno às aulas cujas disciplinas exigem trabalhos de campo, deverá ocorrer apenas após a publicação em Diário

Oficial do Parecer Favorável de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil.”

Até para locar ônibus, Srs. Deputados, neste nosso País já se exige a assinatura do Presidente da República.

É o máximo da centralização. O mesmo Ministro que leva empresários a locarem ônibus no interior deste Estado para virem, numa festa chamada cívica, o mesmo Ministro que vê os ônibus, a desfilar, os ônibus lotados do interior para lhe jogar confetes, este mesmo Ministro não tem autoridade para simples e puramente mandar alugar um ônibus para os estudantes de Geologia da Universidade Federal do Paraná, poderem ir em aulas práticas, realmente aprender.

Srs., me permito, como engenheiro, dar um exemplo: Estudar geologia sem ir ao terreno é o mesmo que aprender medicina sem conhecer um cadáver; é o mesmo que estudar engenharia sem nunca ter visto um quilo de cimento ou um metro cúbico de pedra.

Portanto, em que País estamos? Onde, enquanto as Prefeituras e há poucos dias o ilustre Deputado Accioly Neto me chamava a atenção para o luxuoso carro de uma Prefeitura, que se encontrava estacionado em frente a esta Casa, enquanto que a Prefeitura de Curitiba possui alugado, sei lá quantas centenas, talvez de veículos para camuflar o uso indevido dos mesmos, através de placas particulares; enquanto o próprio Poder Público Estadual, loca veículos, e nossa Universidade se vê impedida de ministrar aulas práticas aos seus alunos.

E o seu desespero vai além, porque o período termina no dia 30 de maio.

Estamos no dia 12 e até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não foi possível esses alunos conhecerem geologia, onde deveriam conhecer no campo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, apresento o seguinte requerimento à consideração desta Casa, que passo a ler: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER à Vossa Excelência, seja encaminhado telex urgente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, no sentido de solicitar providências, visando solução para o problema gerado pelo Decreto Lei n.º 50.232, de 29 de agosto de 1977, que proíbe a Universidade, a locação de veículos de terceiros e, em virtude do Curso de Geologia da Universidade do Paraná não possuir veículos próprios, os trabalhos de campo de nove disciplinas, encontram-se em suspenso.

Estas providências, que deverão ser determinadas com urgência, evitarão que os alunos do Curso de Geologia sofram prejuízos em seus aperfeiçoamentos, já que estão impedidos de realizar os trabalhos práticos, no campo.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.”

Era só, Sr. Presidente — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Líder do mesmo, Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo trazer à consideração da Casa, a solicitação e uma manifestação do Legislativo Estadual Paranaense, com relação ao acontecimento político-jurídico, que se realiza nesses dias em Curitiba. E fundamento, Sr. Presidente:—(Lê) “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se oficie aos

do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI”, de Paraíso do Norte, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 148/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI — ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de PARAÍSO DO NORTE, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Paraíso do Norte, é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Paraíso do Norte, valendo o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 48/74, de 19/03/74.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, para o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos, receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 146/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, tem por objetivo o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Paraíso do Norte, com sede e foro na mesma cidade.

Do exame do processo resulta que estão satisfeitas todas as condições exigidas pela Lei Estadual n.º 6994, de 10/01/78, inclusa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, de Terra Rica, com sede e foro na cidade de Terra Rica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 17/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE TERRA RICA”, com sede e foro na cidade de Terra Rica.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1977.

(a) Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Terra Rica, no campo da filantropia e da assistência social.

A documentação que anexamos ao projeto, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 17/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Terra Rica.

Do exame do processo, verifica-se que estão preenchidos todos os requisitos exigidos pela Lei Estadual n.º 6994, de 10/01/78, anexa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/78, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, com sede e foro na cidade de Centenário do Sul. COM SUBSTITUTIVO GERAL. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 19/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, de “CENTENÁRIO DO SUL”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Centenário do Sul, é uma entidade que visa manter estabelecimentos destinados à proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, e o bem estar, e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

Pelos já relevantes serviços que tem prestado à comunidade de Centenário do Sul, a Câmara Municipal já decretou de utilidade pública, através da Lei Municipal n.º 567/78.

Por essa razão, submetemos à apreciação desta Casa o presente projeto de lei, esperando contar com o devido apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 19/78